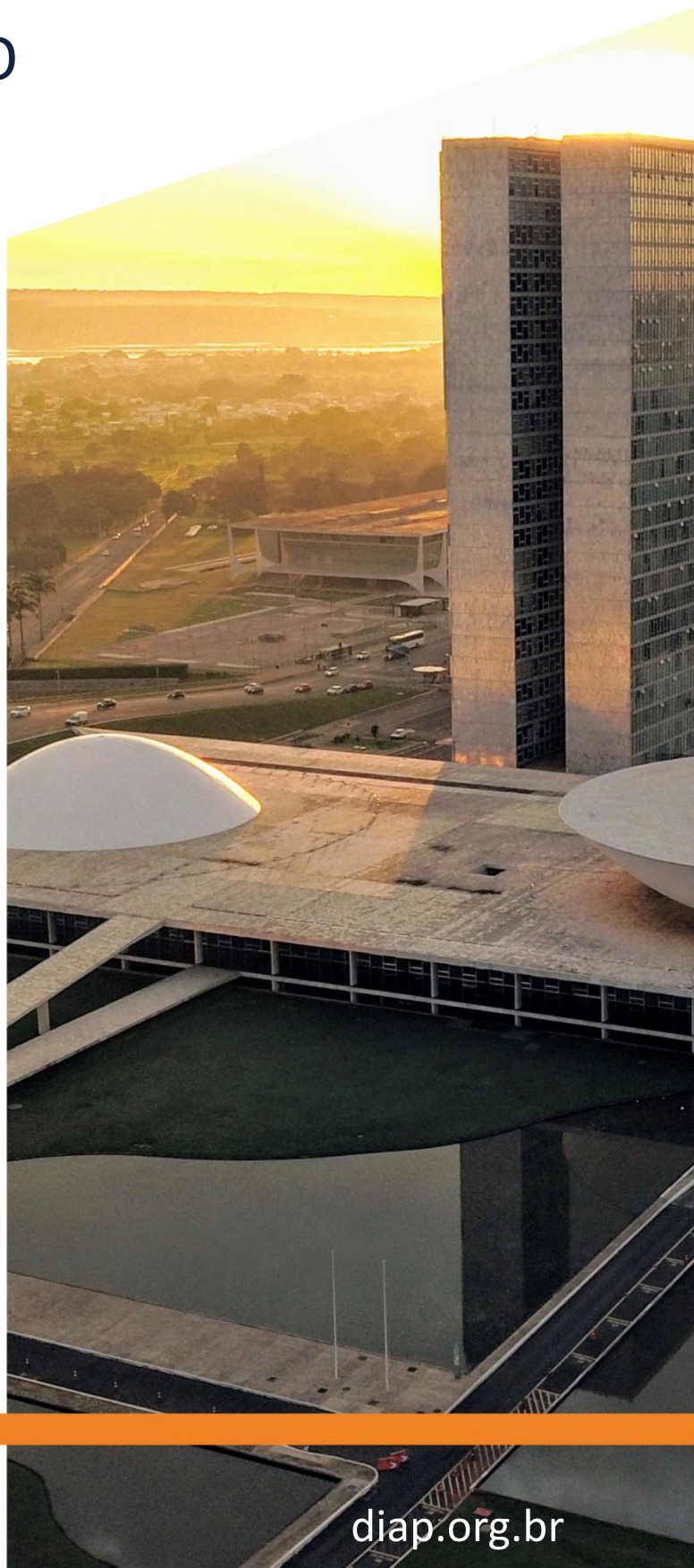


NOVEMBRO 2025 | Ano 1/Nº 4

PODER LEGISLATIVO

AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL



diap.org.br

Sanção do IR, Plano Nacional de Educação e aposentadoria especial em pauta

Evento previsto para esta quarta-feira (26) vai sancionar projeto que isenta IR para quem ganha até R\$ 5.000. Volta à pauta o projeto para o plano nacional de educação até 2026.

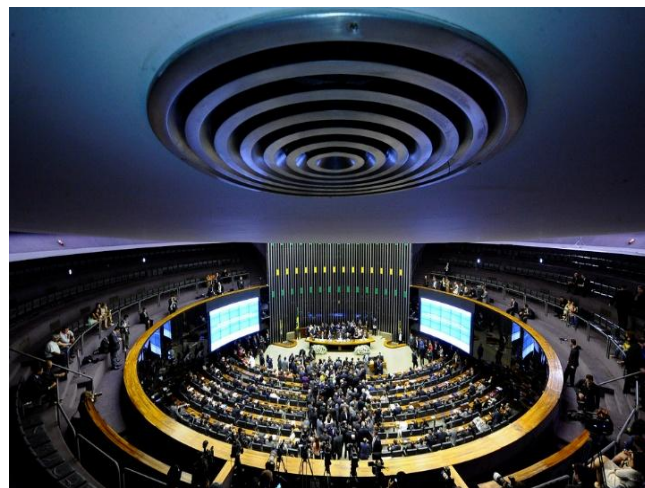
Nesta semana o presidente Lula sanciona o projeto que isenta quem ganha até R\$ 5.000 de imposto de renda. Em princípio, o Palácio do Planalto vai realizar um ato com ministros, congressistas e convidados.

Os senadores podem votar nesta terça-feira (25) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 185/2024 que trata da aposentadoria especial para os agentes comunitários de saúde.

Para o presidente do senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP), "a proposta representa um marco para milhares de profissionais que dedicam suas vidas ao cuidado direto da população brasileira". O senador, que não teve seu pleito atendido pelo presidente Lula na indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF), ao colocar a matéria em pauta, escreve em nota que a regulamentação vai "corrigir uma injustiça histórica".

O governo estima um impacto de R\$ 24,72 bilhões nas contas públicas, segundo estimativa do Ministério da Previdência Social.

Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são profissionais que atuam entre a comunidade e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), promovendo a saúde e prevenindo doenças, que por vezes podem trazer uma economia para os caixas públicos, por evitar o tratamento e trabalhar na prevenção. São esses profissionais que acompanham a saúde das famílias brasileiras e contribuem para um melhor planejamento das políticas públicas de saúde.



EXPEDIENTE

Diretor Técnico

Ulisses Riedel de Resende

Diretor de Documentação

Neuriberg Dias do Rêgo

Diretor de Documentação Adjunto

André Luís dos Santos

Consultor Técnico

Antônio Augusto de Queiroz

Assessoria Parlamentar e Administração

Iva Cristina Pereira de Sant'Ana

Assistente Legislativa

Maria Cláudia Noronha Gonsalves

Consultor

Marcos Verlaïne da Silva Pinto

Jornalista responsável

Wanúbia Lima | MTB 9585 - DF

Projeto Gráfico

Adroaldo Castro



Plano Nacional de Educação 2024-2034

A Comissão Especial Sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034, que analisa o PL 2614/24, se reúne nesta terça-feira (25), às 9h no plenário 3 do anexo II da Casa para votar o parecer do relator, deputado Moses Rodrigues (UNIÃO-CE).

O relatório foi apresentado ao colegiado no dia 14/10 e depois debatido pelos pares. De acordo com o relator, a implementação do novo PNE vai custar R\$ 280 bilhões em investimentos públicos para cumprir as metas até 2035. Moses declarou que o recurso virá da exploração do petróleo. O financiamento passou a ser um dos objetivos a serem cumpridos pelo novo plano, que conta agora com 19, o projeto original listava 18 objetivos.

O evento de entrega do parecer contou com a presença do Ministro da Educação, Camilo Santana, que destacou a necessidade de garantir o financiamento justo do PNE e, em consequência, a qualidade da educação brasileira.

Para a presidente do colegiado, deputada Tábata Amaral (PSB-SP), não pode ser uma “lista de desejos”, e destacou que o novo PNE prevê um calendário com as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios, garantindo clareza sobre quem deve fazer o quê e quando. O colegiado foi instalado em abril, e realizou 18 audiências públicas, 27 seminários estaduais e 57 reuniões técnicas com entidades e especialistas.



De acordo com o substitutivo do relator, foram criados os seguintes objetos para o PNE:

- 1 - ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola;
- 2 - garantir a qualidade da oferta de educação infantil;
- 3 - assegurar a alfabetização e o nível adequado de aprendizagem em matemática ao final do 2º ano do ensino fundamental;
- 4 - assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória conclua o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular;
- 5 - garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio;
- 6 - ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública;
- 7 - garantir conectividade, educação digital e integração das tecnologias digitais de informação e comunicação na educação;
- 8 - promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças do clima em todos os estabelecimentos de ensino;
- 9 - garantir o acesso, a oferta e a permanência em todos os níveis, as etapas e as modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola;
- 10 - garantir o acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado de qualidade e a aprendizagem dos estudantes da educação especial e dos estudantes da educação bilíngue de surdos;
- 11 - assegurar a alfabetização e ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica de todos os jovens, adultos e pessoas idosas;
- 12 - ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação;
- 13 - garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho na educação profissional e tecnológica;
- 14 - ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com qualidade e inclusão;
- 15 - garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior;
- 16 - ampliar a formação de mestres e doutores, de maneira equitativa e inclusiva, com melhoria contínua da qualidade;
- 17 - garantir formação, valorização e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, de modo a elevar a qualidade da educação;
- 18 - assegurar a participação e o controle social no planejamento, na gestão democrática na educação pública, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais; e
- 19- financiamento: assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta e permanência da educação básica e da educação superior.

(Com Agência Câmara)



ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Reforma administrativa

A Comissão de Administração e Serviço Público, realiza nesta segunda-feira (24), seminário para debater a proposta de reforma administrativa. O evento será na Câmara Municipal de Carapicuíba, às 19h. A iniciativa do evento é da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP).

Na terça-feira (25), o colegiado realiza audiência pública para debater os reflexos da reforma administrativa no serviço público brasileiro. A reunião será no auditório Nereu Ramos às 16h e contará com vários representantes de entidades de servidores públicos. A iniciativa é da deputada Alice Portugal (PcdoB-BA).

Local adequado para refeição do trabalhador

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados pode votar, nesta terça-feira (25) o PL 447/2021 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para determinar que, nos serviços de limpeza urbana, o empregador disponibilize ao empregado local adequado para refeição. O projeto é de autoria do deputado Igor Kannário (DEM-BA) e conta com a **relatoria da deputada** Duda Ramos (MDB-RR) e seu parecer é pela aprovação.

Piso salarial do Farmacêutico

Outra matéria em pauta é o PL 1559/2021 que dispõe sobre o piso salarial do profissional Farmacêutico. De **autoria do** André Abdon (PP-AP), o projeto tem como **relator o deputado** Luiz Gastão (PSD-CE) e seu parecer é pela aprovação. O colegiado se reúne no plenário 8 do anexo II às 14h.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Piso salarial dos profissionais da educação básica

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pode votar o requerimento 55/2025 que solicita realização de audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 2531/2021 e do Projeto de Lei nº 3817/2020, que instituem piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica. O requerimento é de **autoria do deputado** Danilo Forte (UNIÃO-CE).

Política Nacional de Reforma Agrária

A comissão pode votar também o PDL 167/2024 que susta o Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, que “Institui o Programa Terra da Gente e dispõe sobre a incorporação de imóveis rurais no âmbito da Política Nacional de Reforma Agrária”. O projeto tem como **relator o deputado** Nikolas Ferreira (PL-MG) e seu parecer é pela constitucionalidade da matéria.



TRABALHO

Mediação de Conflitos Individuais do Trabalho

A Comissão de Trabalho realiza nesta terça-feira (25), audiência pública para debater a “Criação dos Núcleos de Mediação de Conflitos Individuais do Trabalho”. Entre os convidados estão Sérgio Luiz Leite, presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT; Valeir Ertle Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB e Francisco Canindé Pegado do Nascimento, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT

Ainda estão convidados José Roberto Tadros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC e Ricardo Alban - presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. A reunião será às 16h no plenário 12 do anexo II da casa.

Perfil Profissiográfico Previdenciário

A Comissão de Trabalho pode votar o PL 1922/2007, que acrescenta parágrafo ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para obrigar a empresa ou cooperativa fornecer o formulário PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário ao empregado beneficiário da aposentadoria especial para que possa comprovar atividade em condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física. A matéria é de autoria do deputado Cleber Verde (PRB-MA) e conta com a **relatoria do deputado Bohn Gass (PT-RS)** e seu parecer é pela aprovação.

Limites das negociações individual

O colegiado pode votar também o PL 10572/2018 que altera a redação dos arts. 444 e 611-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre os limites das negociações individual e coletiva de trabalho.

Homologação

A comissão pode analisar ainda o PL 8413/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a rescisão contratual, revogando-se os arts. 477, 477-A, 477-B e 484-A para retomar a homologação nas entidades sindicais das rescisões contratuais de trabalho. De autoria do deputado Marco Maia (PT-RS), a matéria tem como relator o deputado Bohn Gass (PT-RS) e seu parecer é pela aprovação.

Contratos de parceria agrícola

Retorna a pauta o PL 3097/2020 que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para dispor sobre os contratos de parceria agrícola. De autoria do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), a matéria conta com a **relatoria do deputado Joaquim Passarinho (PL-PA)** e seu parecer é pela aprovação. A matéria tem resistência de entidades sindicais e do Ministério Público do Trabalho.

Jornada de trabalho

Os deputados da CTRAB podem votar o PL 3320/2023 que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a jornada de trabalho dos empregados de indústrias de abate, fabricação e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano. **O autor da matéria é o deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)** e a matéria com parecer favorável do relator, deputado Vicentinho (PT-SP).

Atividade de risco para agente de segurança privada

A Comissão de Trabalho da Câmara pode votar nesta semana o PL 2480/2025, que reconhece nacionalmente a profissão de vigilante e agente de segurança privada como atividade de risco para fins de aquisição de produtos e equipamentos destinados à sua própria segurança e defesa pessoal. De autoria da deputada Rosângela Reis (PL-MG), a matéria conta com parecer favorável do relator, deputado Capitão Alden (PL-BA).

Adicional de insalubridade aos profissionais da educação escolar

Outra matéria em pauta é o PL 2952/2025, que acrescenta parágrafo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para dispor sobre o adicional de insalubridade devido aos profissionais da educação escolar. A matéria é de **autoria da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ)** e conta com parecer favorável da **relatora, deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS-BA)**.

Insalubridade aos profissionais da educação do sistema prisional

Também em pauta, o PL 2962/2025 que concede adicional de insalubridade aos profissionais da educação que atuem em unidades do sistema prisional. De **autoria da deputada Duda Ramos (MDB-RR)**, a matéria conta com parecer favorável da **relatora, deputada Flávia Moraes (PDT-GO)**. O colegiado se reúne nesta terça-feira (26), no plenário 12 do anexo II da Casa, às 10h.



DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Jovens Mulheres Negras e o mercado de trabalho digno

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher realiza audiência pública nesta segunda-feira (24), às 14h30, no Auditório Freias Nobre, para debater sobre “Jovens mulheres negras e o desafio para o acesso e garantia ao trabalho digno”,

Os convidados são Barbara Barboza, coordenadora de Justiça Racial e de Gênero da Oxfam Brasil; Waldete Tristão, membro da Equipe de Educação do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); Betina Santos, do Sindicato Internacional de Empregados de Serviço (SEIU); Cylete Lisboa Loureiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização e Promoção do Trabalho Decente no Ministério do Trabalho e Emprego; Brena Rodrigues dos Santos, Jovem ativista; Luciana Marques Coutinho, Procuradora Regional do Trabalho da 3ª Região do Ministério Público do Trabalho; Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves, diretor de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e Nailah Neves Veleci, representante do Ministério da Igualdade Racial.

Encontro com mulheres negras

O colegiado realiza também o Encontro com mulheres negras na Câmara de Deputados. O evento acontece na terça-feira (25), às 9 horas, no Salão Nobre.



CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Programa Nacional de Desestatização**

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal pode votar o PL 1791/19, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para dispor sobre o aproveitamento de empregados das empresas públicas do setor elétrico federal desestatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização. O relator da matéria, é o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e seu parecer é pela aprovação,

Carreiras dos servidores do Poder Judiciário

Também pode ser apreciado o PL 4750/25, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União. O relator do projeto, que ainda não apresentou parecer, é o senador Omar Azis (PSD-AM) mas ainda não apresentou parecer.

Outra matéria, que também trata de servidores do judiciário é o PL 3084/25, que altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União. O relator da proposta é o senador Eduardo Braga (MDB-AM) e aguarda apresentação de parecer. A Comissão se reúne nesta quarta-feira (26) no anexo II da ala senador Alexandre Costa, no plenário 3.

EDUCAÇÃO**Define a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas**

A Comissão de Educação pode votar o PL 4012/2024, de autoria da Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.

A relatora, senadora Professora Dorinha Seabra (União Brasil-TO), apresentou parecer pela aprovação do projeto.

Exercício da profissão de multimídia

Pode votar também o PL 4816/2023, de autoria da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre o exercício da profissão de multimídia. O relator, senador Alan Rick (Republicanos-AC), ofereceu parecer pela aprovação do projeto. A matéria também será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

15 anos do Fórum Nacional de Educação

Em pauta ainda o REQ 49/2025, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT-PE) e outros, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de promover Diálogos Educacionais e celebrar os 15 anos do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados, senhor Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação; senhor Ministro Edson Fachin, Presidente do Supremo Tribunal Federal; senhor Cesar Callegari, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); senhor Francisco das Chagas Fernandes, 1º Coordenador Geral do Fórum Nacional de Educação; senhor Heleno Araújo Filho, Coordenador do Fórum Nacional de Educação e vice-presidente mundial da Internacional da Educação; senhora Miriam Fábila Alves, Vice Coordenadora do Fórum Nacional de Educação e Presidenta da Anped.

A reunião acontece na terça-feira (25), às 10 horas, no anexo II, ala senador Alexandre Costa no plenário 15.

